

Atitudes Implícitas De Estereótipos De Gênero De Mulheres Praticantes De Rúgbi

Lara de Azevedo Tardeli

Programa De Pós-Graduação Em Psicologia

Universidade Federal De São Carlos

Mestrado em Psicologia

Orientadora: Profa. Dra. Maria de Jesus Dutra dos Reis

Coorientador: Prof. Dr. Ricardo Marinho de Mello de Picoli

29 de março de 2023

Universidade Federal De São Carlos
Centro De Educação E Ciências Humanas
Programa De Pós-Graduação Em Psicologia

Atitudes Implícitas De Estereótipos De Gênero De Mulheres Praticantes De Rúgbi

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de São Carlos, como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Lara de Azevedo Tardeli

Orientadora: Profa. Dra. Maria de Jesus Dutra dos Reis

Coorientador: Prof. Dr. Ricardo Marinho de Mello de Picoli

São Carlos - SP
29 de março de 2023



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Psicologia

Folha de Aprovação

Defesa de Dissertação de Mestrado da candidata Lara de Azevedo Tardeli, realizada em 18/04/2023.

Comissão Julgadora:

Profa. Dra. Maria de Jesus Dutra dos Reis (UFSCar)

Profa. Dra. Thabata Castelo Branco Telles (IPMAIA)

Prof. Dr. João Henrique de Almeida (UEL)

O Relatório de Defesa assinado pelos membros da Comissão Julgadora encontra-se arquivado junto ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia.



Trabalho realizado com apoio do
Conselho Nacional de Desenvolvimento
Científico e Tecnológico - Brasil (CNPq).

Processo: 131702/2021-1

Sumário

Resumo	8
Abstract	9
Introdução	10
Conceitos de gênero, feminismo e empoderamento	10
Relação entre esporte e empoderamento feminino	14
História da participação feminina no contexto esportivo e no rúgbi	16
Atitudes implícitas de estereótipos de gênero pela ótica da Análise do Comportamento	19
Método	22
Participantes	22
Local/Materiais/Instrumentos	25
Procedimento	29
Análise de Dados	32
Resultados	33
AIMS	33
FAST	35
Discussão	36
Considerações finais	42
Referências	43
Apêndices	47
Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	47
Questionário Sociodemográfico	52
Athletic Identity Measurement Scale - AIMS	55

Agradecimentos

Primeiramente agradeço ao meu filho, Theo, pela paciência que teve com as minhas ausências mesmo sendo muito novo para compreender a importância ou relevância do meu trabalho, e pelo seu amor, doçura e sorrisos que me dão esperanças. Ser sua mãe me inunda de orgulho e me transforma todos os dias!

Agradeço aos meus pais, Marina e Everson, e à minha irmã, Mayra, pelo apoio incondicional aos meus sonhos e confiança na minha capacidade de alcançá-los, além dos esforços despendidos para proporcionarem condições que possibilitassem a construção do meu caminho profissional. Meu amor por vocês é parte indissociável de quem eu sou!

Aos meus orientadores: Dra. Maria de Jesus Dutra dos Reis, pelos fundamentais conhecimentos e experiências transmitidos, e Dr. Ricardo Marinho de Mello de Picoli, que compartilhou comigo dos desafios e expectativas desse projeto, além de ter sido um grande incentivador. Foi uma honra aprender com vocês nessa parceria!

Às minhas colegas de profissão que se tornaram amigas: Rafaela, com a qual compartilho desabafos e experiências da maternidade no contexto acadêmico por meio de trocas que me tocam profundamente, e Madeleine, pelas conversas esclarecedoras e reflexões que se tornaram valiosas contribuições.

Às amigas e amigos com os quais divido minhas alegrias e angústias, que me lembram que não estou sozinha.

Ao Guilherme, pai do meu filho, por ter sido meu companheiro e por demonstrar esforços para que o peso do machismo fosse minimizado em relação à nossa parentalidade durante essa jornada, ainda que as contingências da sociedade não permitam que haja um total equilíbrio de funções.

A todas as mulheres, esportistas ou não, que buscam contribuir com um mundo menos desigual para as futuras gerações, desde as intelectuais que escreveram sobre feminismo me

abastecendo de conteúdo e inspiração, até as mães e donas de casa que não têm acesso a condições que permitam o envolvimento com a prática de esportes e os benefícios que ela proporciona, e em especial às mulheres que voluntariamente se dispuseram a participar da pesquisa, sem as quais esse trabalho não seria possível, por terem nos concedido seu tempo e seus dados.

Por fim, agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo apoio financeiro, bem como ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFSCar e ao Programa CAPES/PROEX pela oportunidade de realizar este trabalho mesmo em tempos nos quais a ciência foi tão desvalorizada no Brasil.

Tardeli, L. A. (2023) *Atitudes Implícitas De Estereótipos De Gênero De Mulheres Praticantes De Rúgbi* [Dissertação de Mestrado]. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP.

Resumo

Com base em uma perspectiva feminista da Análise do Comportamento e no pressuposto de que o esporte é facilitador do empoderamento, este trabalho objetivou investigar se a prática de rúgbi por mulheres, sendo um esporte culturalmente praticado por homens, contribui para a diminuição do viés de gênero - em comparação com praticantes de outras modalidades e com não praticantes de esportes - utilizando uma medida de atitudes implícitas de estereótipos de gênero. Participaram da pesquisa trinta mulheres divididas em três grupos, sendo eles o grupo experimental, composto por dez mulheres praticantes de rúgbi, e dois grupos controle: um composto por dez mulheres não-praticantes de esportes e outro por dez mulheres praticantes de modalidades nas quais a participação feminina é historicamente considerada mais aceita. Foram aplicados um Questionário Sociodemográfico, a *Athletic Identity Measurement Scale* (AIMS) para investigar a Identidade Atlética e o *Function Acquisition Speed Test* (FAST) para acessar atitudes implícitas de estereótipos de gênero. Os resultados do FAST foram analisados partindo da comparação do Efeito FAST entre os diferentes grupos de participantes (experimental e grupos controle). Não foram encontradas diferenças significativas na comparação entre grupos em relação ao viés de gênero. Os resultados são discutidos e futuras investigações sugeridas.

Palavras-chave: Atitudes implícitas, Psicologia do Esporte, Rúgbi, Análise do Comportamento.

Tardeli, L. A. (2023) *Implicit Attitudes of Gender Stereotypes Among Women Rugby Players*. [Master's Dissertation]. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP.

Abstract

Based on a feminist perspective of Behavior Analysis and on the assumption that sport is an enable of empowerment, this study aimed to investigate whether the practice of rugby by women, being a sport culturally practiced by men, contributes to the reduction of gender bias - compared to practitioners of other sports and non-practitioners of sports - using a measure of implicit attitudes of gender stereotypes. Thirty women participated in the research, divided in three groups: the experimental group, composed by ten women rugby players, and two control groups: one composed by ten women not practicing sports and the other by ten women practicing sports in which female participation is historically considered more accepted. A Sociodemographic Questionnaire was applied, the Athletic Identity Measurement Scale (AIMS) to investigate Athletic Identity, and the Function Acquisition Speed Test (FAST) to access implicit attitudes of gender stereotypes. The results of the FAST were analyzed by comparing the FAST Effect between groups of participants (experimental and control groups). No significant differences were found in the comparison between groups regarding gender bias. The results are discussed and future investigations suggested.

Keywords: Implicit attitudes, Sport psychology, Rugby, Behavior analysis.

Atitudes Implícitas De Estereótipos De Gênero De Mulheres Praticantes De Rúgbi

Vivemos um momento histórico no qual, mesmo após inúmeras mudanças relativas à conquista de direitos pelas mulheres, as diferenças - por vezes nítidas e outras vezes veladas - entre homens e mulheres ainda existem e trazem consequências tanto para a sociedade como um todo quanto para os sujeitos no âmbito individual. Mesmo sendo um direito humano fundamental, a igualdade de gênero ainda é um objetivo e não uma realidade.

O *Gender Inequality Index*¹ (GII), criado pela Organização das Nações Unidas (ONU), ilustra a gravidade dessa realidade. O GII avaliou três principais indicadores sociais (saúde reprodutiva, empoderamento e participação no mercado de trabalho) visando analisar as desigualdades entre os gêneros em 155 países, e os resultados mostram que nenhum dos países chegou ao nível de igualdade plena e que muitos deles apresentam um alto índice de desigualdade entre os gêneros (ONU, 2015).

Conceitos de gênero, feminismo e empoderamento

As diferenças de gênero consideradas aqui partem da noção de Lerner (1986) de que “gênero é a definição cultural de comportamento definido como apropriado aos sexos em dada sociedade, em determinada época” (p. 388) que, numa leitura embasada na análise do comportamento, podem ser definidos como conjuntos de contingências sociais diferenciadas a depender do sexo biológico dos indivíduos. Nicolodi e Arantes (2019) descrevem essas contingências como “a depender de serem emitidas por homens ou mulheres, as mesmas classes de respostas podem ser reforçadas diferencialmente para cada grupo” (p. 67). Poderíamos especificar ainda mais detalhadamente se considerarmos que as classes de respostas não são somente reforçadas diferencialmente, mas sim, conseqüenciadas diferencialmente, visto que essas contingências incluem também a existência de punição no

¹ Índice de desigualdade de gênero (tradução da autora).

controle dos comportamentos de forma diferencial para indivíduos do sexo masculino e indivíduos do sexo feminino.

Destaca-se que o conceito de mulher utilizado no presente trabalho não ignora as variáveis do termo - que se constitui como categoria múltipla - como raça, orientação sexual, identidade de gênero e classe social. Porém, devido a viabilidade prática, não visa analisar de forma minuciosa tais variáveis. Utilizaremos aqui a ideia socialmente construída das categorias de gênero, explicada em termos comportamentais como sendo definidas por padrões de comportamento ontogenéticos (visto que a dimensão filogenética participa da constituição da pessoa, mas não a define) considerados típicos de mulheres e de homens no contexto de uma dada cultura. Nas palavras de Silva e Laurenti (2016) com base em Skinner (1981, 1989) “a dimensão orgânica só vai ganhar sentido a partir de uma história ontogenética que está contextualizada em uma cultura – ambas sujeitas às contingências atuais para a manutenção, ou não, de operantes”. Essa definição vai ao encontro da visão antiessencialista - ou seja, oposta à ideia de que a realidade é composta por essências, variáveis ou fatores imutáveis e necessários, considerando a realidade como mutável - contextual e contingente.

Questão de destaque nesse assunto é o tratamento dado aos fatores biológicos distintos entre os gêneros (homem e mulher) como sendo justificativa para as diferenças culturais como, por exemplo, os estereótipos vinculados às funções da mulher na sociedade relacionados à procriação e a relacionamentos conjugais heteronormativos. O fato é que essas diferenças culturais não são consequências diretas desses fatores. “Ninguém nasce mulher, torna-se mulher” (Beauvoir, 1970, p.9).

É, portanto, à luz de um contexto ontológico, social e psicológico que temos de esclarecer os dados da biologia. A sujeição da mulher à espécie, os limites de suas capacidades individuais são fatos de extrema importância; o corpo da mulher é um

dos elementos essenciais da situação que ela ocupa neste mundo. Mas não é ele tampouco que basta para a definir. Ele só tem realidade vivida enquanto assumido pela consciência através das ações e no seio de uma sociedade. (Beauvoir, 1970, p. 57)

Frente a essa realidade machista, diferentes vertentes e facetas da luta anti opressão surgiram em meados do século XIX, cresceram e vão se construindo enquanto feminismo, um conceito tão plural quanto o conceito de mulher, que se dissipa entre diversas categorizações e nuances distintos passando por teorias, filosofias e práticas por vezes distintas como feminismos liberais *versus* feminismos anticapitalistas, feminismo branco e feminismo negro, feminismos com orientações de classe, entre outros contrastes que divergem em pontos sobre os meios para superação dessa realidade diferencial, sobre as causas dela e sobre suas consequências, mas tendo como ponto de convergência o consenso de que é necessário superar essa realidade. Em geral, podemos entender o feminismo como movimento e ideal que objetiva acabar com o machismo. Garcia (2011), define o feminismo como sendo

A tomada de consciência das mulheres como coletivo humano, da opressão, dominação e exploração de que foram e são objeto por parte do coletivo de homens no seio do patriarcado sob suas diferentes fases históricas, que as move em busca da liberdade de seu sexo e de todas as transformações da sociedade que sejam necessárias para este fim. Partindo desse princípio, o feminismo se articula como filosofia política e, ao mesmo tempo, como movimento social. (p. 13)

A partir disso, o caráter do feminismo como tentativa de modificação do papel social da mulher e do modo de ser da sociedade machista, como proposto por Silva e Laurenti (2016), se dá ao passo que explicita práticas culturais que são responsáveis pela

desequilibrada distribuição de reforçadores sociais que favorece os homens em detrimento das mulheres. Assertivamente, Heywood (2010) sintetiza a ideologia feminista em duas crenças fundamentais: “a de que as mulheres vivem em desvantagem por serem mulheres e a de que essa desvantagem pode e deve ser abolida” (p. 21).

O empoderamento é considerado parte importante do caminho para alcançar a modificação de contextos em muitas teorias. O Relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) define que o empoderamento “está relacionado à capacidade de agência das pessoas e é parte fundamental do desenvolvimento humano, posto que permite às pessoas agirem sobre a distribuição de poder em uma sociedade, constituindo-se como agentes políticos efetivos na busca por uma distribuição equitativa deste poder” (2017, p. 53) e traz a classificação em dois tipos de empoderamento, a saber: empoderamento individual, relacionado às capacidades pessoais e a autovalorização, permitindo a cada pessoa buscar o tipo de vida que deseja e valoriza, participar na comunidade e nos assuntos de interesse nacional; e empoderamento social, vinculado às capacidades adquiridas como grupo e requer o empoderamento individual de cada membro.

O termo empoderamento feminino é utilizado de diversas formas pelas teorias feministas, não havendo um consenso único e geral para sua definição. Assim, partiremos aqui da definição de Couto (2019) de que o empoderamento feminino é “o processo pelo qual as mulheres adquirem novos repertórios comportamentais que, de alguma forma, se relacionam à mudança de contextos aversivos dependentes do seu gênero” (p. 167).

Em seu trabalho, com base em uma revisão bibliográfica de perspectiva comportamental relacionada ao que controla a emissão da resposta verbal *empoderamento*, Couto (2019) categoriza o empoderamento conforme duas noções ou aspectos principais: com base em estados internos e com base no contracontrole. O primeiro tem como característica de seu processo a consideração de comportamentos relacionados à expressão

verbal de sentimentos das mulheres, incluindo descrições verbais que demonstrem consciência do controle exercido por práticas culturais machistas, descrição de sentimentos de liberdade, de poder e de processo de escolha frente aos desafios colocados ao seu gênero, de autoestima e autoimagem positiva. O segundo aspecto do empoderamento - considerando a definição de Skinner (1974) de contracontrole como a resposta de ação dos organismos (de forma a escapar das estruturas de controle, atacá-las ou modificá-las) frente o controle exercido principalmente por uma agência de controle ou por outros indivíduos - traz empoderamento como contracontrole relacionado a descrições de alterações nas contingências vigentes que são desvantajosas para as mulheres.

Relação entre esporte e empoderamento feminino

As práticas culturais que oprimem mulheres em detrimento dos homens são ainda tão alarmantes que a ONU tem a igualdade de gênero como um dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que compõem a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável², documento adotado por 193 estados-membros da ONU no ano de 2015 no qual os países comprometeram-se a tomar medidas para promover o desenvolvimento sustentável durante os próximos 15 anos. Assim, o Objetivo 5 da Agenda, denominado Igualdade de Gênero, é definido como o objetivo de “alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas” (ONU, 2015).

Em consonância com esses objetivos nos quesitos saúde, educação e inclusão social, o esporte vem na Agenda 2030 (ONU, 2015) como facilitador do desenvolvimento e da paz, visto que promove saúde, tolerância e respeito, além de contribuir para o empoderamento das mulheres e dos jovens, indivíduos e comunidades. É pertinente ressaltar outros dois ODS

² A Agenda 2030 é um plano de ação para as pessoas, o planeta e a prosperidade, que busca fortalecer a paz universal. O plano indica 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, os ODS, e 169 metas, para erradicar a pobreza e promover vida digna para todos, dentro dos limites do planeta. São objetivos e metas claras, para que todos os países adotem de acordo com suas próprias prioridades e atuem no espírito de uma parceria global que orienta as escolhas necessárias para melhorar a vida das pessoas, agora e no futuro. (Plataforma Agenda 2030, disponível em: <http://www.agenda2030.org.br/sobre/>)

definidos pela ONU (2015) que se relacionam com a questão do esporte, sendo eles o Objetivo 3, definido como “assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas e todos, em todas as idades” e o Objetivo 10 de “reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles”. Ainda que operacionalmente os ODS sejam divididos em “temas”, e tendo destacado os mais pertinentes ao objeto de estudo deste trabalho, é importante destacar que são pensados de maneira integrada, ou seja, relacionados entre si.

Alinhado a essa premissa, o PNUD divulgou o *Relatório de Desenvolvimento Humano Nacional - Movimento é Vida: Atividades Físicas e Esportivas (AFEs) para Todas as Pessoas* (2017) que contém dados sobre a prática esportiva e de atividades físicas no Brasil e recomendações aos governos sobre saúde, esporte, educação e desenvolvimento humano. Dentre os dados obtidos, estão as informações contidas que ditam sobre a desigualdade em relação à prática de atividades físicas e esportivas no Brasil indicando a significativa discrepância de porcentagem de participação em AFEs entre homens e mulheres dos 15 aos 39 anos, que só se equilibra razoavelmente na faixa compreendida entre os 40 e 60 anos em virtude da diminuição na proporção de praticantes homens (um em cada dois) enquanto a proporção de mulheres praticantes diminui bem menos, considerando as mesmas faixas etárias (uma em cada quinze).

Outro dado importante divulgado no mesmo Relatório dita sobre a relação entre praticar atividades físicas e a melhora no Desenvolvimento Humano³ da população, por meio da análise do percentual da população que pratica atividades físicas e esportivas e do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal⁴ (IDHM) de 2015. Os resultados dessa análise apontam para uma relação entre alto percentual da população que pratica AFEs e o IDHM, o

³ Desenvolvimento humano consiste na ampliação das possibilidades de escolha das pessoas, ou, o que é o mesmo, na eliminação das privações que impedem que as pessoas possam dispor das oportunidades necessárias para alcançar uma vida valiosa e plena. (PNUD, 2017)

⁴ O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é uma medida que varia de 0 a 1, sendo composta de indicadores de três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda. Dessa forma, quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano. (PNUD, 2013)

que nos permite atentar para uma interpretação de que se as mulheres participam menos de AFEs do que os homens, elas estão usufruindo em menor proporção da capacidade do esporte de promover o desenvolvimento humano.

Isso nos leva a concluir que as ações orientadas a ampliar as oportunidades de acesso ao esporte e a encorajar a prática de AFEs pelas mulheres seria um passo importante em direção à melhoria do desenvolvimento humano. Segundo a ONU (2015), as evidências apontam para a ideia de que a participação feminina em esportes contribui para a quebra de estereótipos de gênero, para a melhora da autoestima das mulheres e para o desenvolvimento de habilidades de liderança. Assim, “muitos países desenvolvidos vêm incentivando a prática de esportes, por parte das mulheres, como forma de amplificar suas vozes e derrubar as barreiras de gênero” (PNUD, 2017, p. 139). Ainda que seja uma ferramenta de empoderamento, o contexto esportivo - em especial quando nos referimos às práticas de alto rendimento - também é produto e reproduzidor das desigualdades embasadas na biologia, ilustradas pela ideia de que os homens são fortes e as mulheres frágeis (além de terem seu corpo destinado à maternidade), nos âmbitos físico e mental.

História da participação feminina no contexto esportivo e no rúgbi

Pereira (2019) remonta o histórico da participação feminina nos esportes citando desde os jogos realizados na Grécia antiga (em que a exclusão da mulher era justificada pelo fato de a mulher não ser cidadã, visto que cidadãos eram apenas os que lutavam as guerras, ou seja, os homens), passando pela inserção das mulheres nos Jogos Olímpicos da era Moderna (J.O.) somente na sua segunda edição (em 1900, após terem tido a participação vetada em 1896 com o argumento de que poderiam vulgarizar os jogos e que o seu papel poderia ser apenas de cuidadoras dos atletas já que eram consideradas propriedade dos homens ainda no início do século XX), e pelo aumento de sua participação gradativamente em quantidade por meio de muita resistência e inquietação, conquistando espaço e aproximação com

modalidades incluindo esportes de contato e lutas, chegando aos dias atuais em que “somente nos J.O. Do Rio de Janeiro (2016), tivemos a participação das mulheres em maior número de modalidades que os homens, lembrando, também, que ainda existem modalidades de prática exclusiva para cada sexo, como é o caso do beisebol e do nado sincronizado” (Pereira, 2019, p. 48). A autora menciona ainda o Decreto-lei nº 3.199⁵, do Conselho Nacional de Desportos, de 14 de abril de 1941, vigente até 1979, que vetava a prática de algumas modalidades esportivas por mulheres por serem tidas como impróprias à “natureza” feminina. Nesse sentido, com base em Altmann (2017), as principais experiências de mulheres brasileiras se deram inicialmente em modalidades esportivas como a ginástica, a natação, o tênis, o voleibol, a equitação e a esgrima (por serem modalidades que “ressaltavam” a leveza, graça e estética dos movimentos femininos, e podemos destacar também como característica em comum dessas modalidades a ausência de contato físico direto entre os adversários).

Não era permitida à mulher, então, a prática de lutas de qualquer natureza, do futebol, futebol de salão, futebol de praia, polo aquático, polo, rúgbi, halterofilismo e beisebol⁶. Cabe destacar aqui a introdução das mulheres no rúgbi enquanto esporte olímpico somente no ano de 2016, modalidade esportiva na qual o objetivo do jogo, segundo a *World Rugby* (2019), é que duas equipes de 15, 10 ou sete jogadores cada marquem o máximo de pontos possível carregando, passando, chutando e aterrando a bola no chão - sendo que a equipe que marcar mais pontos é a vencedora da partida - e assim, tem a disputa pela bola como uma das suas principais características. Nesses moldes, o rúgbi é caracterizado pelo intenso contato físico entre os jogadores e a busca por território, em que os atletas desempenham funções que tem como desejáveis tanto habilidades individuais quanto coletivas, como grande capacidade física, flexibilidade e agilidade na tomada de decisão, atenção e concentração, auto-confiança

⁵ Art. 54. “Às mulheres não se permitirá a prática de desportos incompatíveis com as condições de sua natureza, devendo, para este efeito, o Conselho Nacional de Desportos baixar as necessárias instruções às entidades desportivas do país.” (Decreto-lei nº 3.199, de 14 de abril de 1941)

⁶ Segundo a Deliberação nº 7 do Conselho Nacional de Desportos (1965).

e boa comunicação, por meio de posições e características físicas distintas entre os praticantes que são geralmente posicionados e classificados de acordo com seu tipo físico e habilidades, sendo os Forwards predominantemente mais fortes e pesados e os Backs (ou Linha) mais rápidos e leves.

Além dessas especificidades e do aspecto considerado “violento” aferido aos esportes de contato, o rúgbi se apresenta fora de campo com uma filosofia livre de rivalidades excessivas e atitudes antidesportivas, por meio de valores como o *fair play*⁷ e o que é conhecido curiosamente como “cavalheirismo”, incluindo a tradição de confraternização entre as equipes após as partidas (chamada de “terceiro tempo”) na qual a equipe anfitriã oferece um momento de alimentação e descontração como forma de agradecimento pela partida.

Todo esse aspecto cultural e de valores, em resumo, é atribuído origem do rúgbi nas escolas inglesas às bases do Amadorismo enquanto filosofia influenciadora da construção de uma identidade de cavalheirismo (ideia de *Gentleman*). Como explicitado por Collins (2013), para além da rejeição de pagamentos e adoção do *fair play*, o amadorismo procurou providenciar uma definição de masculinidade que considerava que o cavalheiro amador era corajoso, preparado para dar e receber ordens e, acima de tudo, não feminino (baseada na idéia do chamado *Muscular Christian*). Além disso, o capitalismo industrial e as condições da classe trabalhadora britânica do século XIX exerceram sua influência sobre esses valores e sobre a concepção do “ser homem”, visto que, nas palavras de Collins (2013)

Trabalhar dez, doze e até quatorze horas por dia exigia do trabalhador industrial ser forte, insensível à dor, capaz de obedecer às ordens e trabalhar como uma engrenagem em uma máquina (eufemisticamente conhecida como 'trabalho em equipe'),

⁷ “Jogo limpo”, filosofia utilizada no contexto esportivo para referir-se à conduta ética e justa no esporte, seguindo as regras da modalidade sem prejudicar propositalmente o adversário.

precisamente as qualidades que o mundo esportivo emergente de meados do século XIX promoveu⁸. (p. 40, tradução da autora)

Às mulheres, enquanto mães, filhas e esposas nesse contexto, caberia o papel de torcedoras, serviçais no âmbito de alimentação e limpeza de uniformes, e ainda como conquista sexual após “comprovação da virilidade” em campo.

Ainda hoje, a participação feminina no rúgbi perpassa pelo ideário de questionamento sobre pontos que vão desde a capacidade técnica para praticar a modalidade, passando pela hiperssexualização dos corpos femininos no contexto dos esportes em geral, até ao questionamento a respeito da sexualidade das jogadoras da modalidade. Devemos pontuar ainda dentre as dificuldades da inserção da mulher no esporte a questão do diferencial acesso a recursos financeiros e investimentos. Há, então, uma contradição entre o papel de submissão e reprodução dos estigmas masculinos enraizados e a tentativa de quebra dos mesmos, caracterizada como empoderamento feminino na modalidade.

Atitudes implícitas de estereótipos de gênero pela ótica da Análise do Comportamento

Para a Análise do Comportamento, considerar esse histórico é fundamental para identificar e descrever as contingências presentes na comunidade verbal no comportamento simbólico e na formação de classes de estímulos equivalentes, com base no Paradigma da Equivalência de Estímulos descrito por Sidman (1971), que determina que uma relação entre dois estímulos (A e C) não precisa ser diretamente ensinada para que seja estabelecida, basta que seja ensinada uma relação entre os estímulos A e um estímulo B, e entre os estímulos B e C, para que a relação entre os estímulos A e C emerja. Ou seja, podemos nunca ser ensinadas diretamente que “rúgbi” (A) é uma modalidade “masculina” (C), mas se formos ensinadas que “rúgbi” (A) é uma modalidade para pessoas “fortes” (B) e que ser “forte” (B) é uma

⁸ “To work ten, twelve and even fourteen hours a day required the industrial labourer to be strong, impervious to pain, able to obey orders and work as a cog in a machine (euphemistically known as ‘team-working’), precisely the qualities that the emerging sporting world of the mid-nineteenth century promoted” (Collins, 2013, p. 40).

característica “masculina” (C), é provável que iremos relacionar a prática de “rúgbi” (A) como algo “masculino” (C).

Esse paradigma conversa com a definição feita por Moxon et al. (1993) de estereótipo como conjunto de generalizações amplamente compartilhadas sobre as características de um grupo ou classe de pessoas. Portanto, estereótipos de gênero podem ser definidos como essas generalizações a respeito do que é esperado como característica de indivíduos a depender de seu gênero e podem afetar as atitudes em relação a papéis de gênero.

Catania (2017) entende que atitudes são respostas operantes verbalmente governadas, aprendidas a partir da nossa relação com a comunidade verbal. Guerin (1994) defende ainda que atitudes sejam estudadas como comportamento verbal e socialmente aprendido e não como eventos cognitivos privados, e que as atitudes das pessoas nem sempre são consistentes com seu comportamento. Como exemplo, uma pessoa pode relatar uma identificação com pressupostos de teorias feministas mas ser vista emitindo comportamentos considerados machistas (como pagar salário mais alto para um homem do que para uma mulher que exerce o mesmo cargo, por exemplo).

Nesse contexto, as atitudes explícitas são controladas pela audiência, ocorrem de forma consciente e podem ser acessadas por meio de relatos, questionários e entrevistas; as atitudes implícitas emergiriam de associações não conscientes (no sentido de “involuntárias” e independentes de reflexão consciente) controladas por diferentes relações entre estímulos e ambiente, socialmente aprendidas, sendo espontâneas e automáticas (Fazio & Olson, 2003, Marcelino & Arantes, 2019).

Dessa forma, para medir as atitudes implícitas vários instrumentos passaram a ser utilizados por diferentes abordagens psicológicas. O uso do Functional Acquisition Speed Test (FAST) para verificar a pré-existência de algumas classes funcionais naturais (não estabelecidas em laboratório, mas sim no contato com a comunidade verbal) e sua relação

com padrões de resposta em ambiente experimental tem sido defendido (Marcelino & Arantes, 2019, O'Reilly et al., 2012), por ser mais condizente com os princípios analítico-comportamentais, exigir uma aplicação mais simples e rápida, e ter seus dados mais facilmente analisados em comparação com outros instrumentos como o Implicit Relational Assessment Procedure (IRAP) de Barnes-Holmes et al. (2006). A partir disso, Marcelino (2019) adaptou o instrumento para que seja utilizado para estudar atitudes implícitas de estereótipos de gênero na população Brasileira.

Em virtude dos pontos levantados, esse trabalho está compreendido no campo da Psicologia do Esporte - estudo dos comportamentos dos indivíduos em contextos esportivos e das implicações do envolvimento nesses contextos e aplicação prática desse conhecimento obtido - uma vez que essa área se caracteriza pela busca por uma maior compreensão dos fatores psicológicos que se relacionam ao rendimento e desempenho de esportistas em suas modalidades e praticantes de atividades físicas, bem como da influência desses fatores na saúde mental e no desenvolvimento psicológico dos praticantes e da sociedade. Ainda, as ideias de transformação da sociedade contidas nessa discussão nos levam a assumir a Análise do Comportamento como base teórica e prática para este trabalho, levando em consideração seu pressuposto de que “os homens agem sobre o mundo, mudam-no, e são mudados pelas consequências de suas ações” (Skinner, 1957, p. 1)⁹. Assim, a partir do pressuposto de que o esporte é facilitador do empoderamento e da modificação da sociedade, este trabalho visa analisar aspectos do viés de gênero em mulheres que podem ser influenciados pela prática de rúgbi, enquanto esporte cultural e majoritariamente praticado por homens, no que diz respeito a atitudes implícitas de estereótipos de gênero.

⁹Considerando a frase como resultado da linguagem enquanto componente e como produto da cultura, neste trabalho uma releitura possível feita pela autora seria “As mulheres e os homens (ou os seres humanos) agem sobre o mundo, modificam-no, e são modificados pelas consequências de suas ações”.

O presente trabalho tem como objetivo geral investigar se a prática de rúgbi por mulheres contribui para a diminuição do viés de gênero de praticantes da modalidade - em comparação com praticantes de outras modalidades e com não praticantes de esportes - utilizando uma medida de atitudes implícitas de estereótipos de gênero, bem como contribuir para maior compreensão acerca do empoderamento feminino por meio de práticas esportivas.

A hipótese é a de que a prática de rúgbi contribui para o empoderamento de mulheres praticantes da modalidade por meio de influências que exerce para diminuição do viés de gênero em relação a atitudes implícitas de estereótipos de gênero em comparação com praticantes de modalidades esportivas tradicionalmente consideradas femininas e com não-praticantes de esportes.

Método

Participantes

Participaram deste estudo 30 mulheres com idades de 18 a 41 anos (média= 25,93; dp= 5,28), que aceitaram voluntariamente participar da pesquisa. As informações que caracterizam as participantes estão apresentadas na Tabela 1. Foram distribuídas de acordo com sua relação com práticas esportivas em três grupos, sendo eles o grupo 1 (experimental), composto por 10 mulheres praticantes de rúgbi, 40% delas com tempo de prática de 1 a 3 anos e 40% de 3 a 5 anos; e dois grupos controle. O grupo 2 foi composto por 10 mulheres praticantes de esportes de modalidades coletivas em que, historicamente, a participação feminina é considerada mais aceita pela ausência de contato físico direto com o adversário (como o voleibol) ou por serem modalidades de estética¹⁰ (como *cheerleading*), sendo que 50% delas declarou praticar a modalidade há mais de 3 anos. A escolha desse grupo se deu

¹⁰ “Esportes *estéticos*”: são aqueles nos quais o resultado da ação motora comparado é a qualidade do movimento segundo padrões técnico-combinatórios” (Gonzalez, 2004).

procurando evitar vieses de interpretação dos resultados, para garantir que o determinante de possíveis diferenças encontradas entre os grupos seja a modalidade em questão (rúgbi) e não somente a prática de esportes coletivos em geral. Já o grupo 3 foi composto por 10 mulheres que não fossem vinculadas a equipes esportivas e não praticassem esportes periodicamente.

Tabela 1

Características sociodemográficas da amostra

Variável	Nível	Grupo 1 (Rúgbi)		Grupo 2 (Mod. femininas)		Grupo 3 (Não-praticantes)	
		Freq	%	Freq.	%	Freq	%
Faixa Etária	18 a 23 anos	2	20	7	70	4	40
	24 a 29 anos	4	40	2	20	2	20
	30 a 35 anos	3	30	1	10	4	40
	36 ou acima	1	10	0	0	0	0
Renda familiar mensal	Até 1 salário mínimo	0	0	2	20	0	0
	De 1 a 3 salários mínimos	4	40	2	20	5	50
	De 3 a 6 salários mínimos	3	30	4	40	1	10
	De 6 a 9 salários mínimos	3	30	1	10	1	10
	De 9 a 12 salários mínimos	0	0	1	10	2	20
	De 12 a 15 salários mínimos	0	0	0	0	1	10
	Mais de 15 salários mínimos	0	0	0	0	0	0
Escolaridade	Ensino Médio Completo	0	0	2	20	1	10
	Ensino Superior	6	60	4	40	2	20

Variável	Nível	Grupo 1 (Rúgbi)		Grupo 2 (Mod. femininas)		Grupo 3 (Não-praticantes)	
		Freq	%	Freq.	%	Freq	%
	Incompleto						
	Ensino Superior Completo	1	10	3	30	6	60
	Pós-Graduação	3	30	1	10	1	10
Estado onde reside	São Paulo	8	80	8	80	8	80
	Minas Gerais	1	10	1	10	0	0
	Rio de Janeiro	0	0	1	10	0	0
	Paraná	0	0	0	0	1	10
	Mato Grosso	1	10	0	0	0	0
	Rio Grande do Sul	0	0	0	0	1	10
Cor/raça	Amarela	0	0	0	0	0	0
	Branca	8	80	6	60	6	60
	Parda	1	10	1	10	4	40
	Preta	1	10	2	20	0	0
	Não sei/ Prefiro não responder	0	0	1	10	0	0

Os critérios de inclusão para o grupo 1 (praticantes de rúgbi) e grupo 2 (praticantes de modalidades consideradas femininas) foram o vínculo com equipes da modalidade e preenchimento de item do formulário declarando praticar a modalidade; para o grupo 3 (não praticantes de esportes) foi o preenchimento de item do formulário declarando que a participante não pratica esportes regularmente. A Tabela 2 traz os dados das participantes referentes às modalidades praticadas e tempo de prática da modalidade.

Tabela 2

Modalidades praticadas pelas participantes e tempo de prática da modalidade

Variável	Nível	Grupo 1 (Rúgbi)		Grupo 2 (Mod. femininas)		Grupo 3 (Não-praticantes)	
		Freq	%	Freq.	%	Freq	%
Modalidade praticada	Rúgbi	10	100	0	0	0	0
	Cheerleading	0	0	8	80	0	0
	Volei	0	0	2	20	0	0
	Não pratico nenhuma modalidade	0	0	0	0	10	100
Tempo de prática da modalidade	Menos de um ano	0	0	3	30	0	0
	De 1 a 3 anos	4	40	2	20	0	0
	De 3 a 5 anos	4	40	3	30	0	0
	De 5 a 10 anos	2	20	2	20	0	0
	Mais de 10 anos	0	0	0	0	0	0

Local/Materiais/Instrumentos

Toda a coleta de dados foi realizada em ambiente digital online, sem atividade presencial. Três diferentes instrumentos foram utilizados para a coleta no presente estudo, a saber: 1) Questionário Sociodemográfico, 2) *Athletic Identity Measurement Scale*¹¹ (AIMS) e 3) *Function Acquisition Speed Test*¹² (FAST).

O Questionário Sociodemográfico examinou variáveis de formação e sociais identitárias que possibilitasse caracterizar as participantes da pesquisa. Para isso foram coletadas informações como idade, sexo, escolaridade, renda familiar mensal, religião,

¹¹ Escala de Medida de Identidade Atlética.

¹² Teste de velocidade de Aquisição de Função.

estado, cor/raça, estado civil, orientação sexual, se tem filhos, modalidades praticadas e tempo de prática da modalidade.

Para descrever melhor a relação das participantes com a prática esportiva foi aplicada a Athletic Identity Measurement Scale (AIMS), instrumento de medida do traço latente grau de identificação do atleta com seu papel no contexto esportivo elaborado por Brewer, Van Raalte e Linder (1993) e traduzido, adaptado e validado para uso no Brasil por Silva, Ferrari, Medeiros, Freitas, Tkac e Cardoso (2016), com base no construto psicológico denominado Identidade Atlética (IA), definido como o modo como o atleta constrói a noção de si mesmo em relação às emoções do seu convívio interpessoal e suas interações a partir da prática esportiva (Silva et al., 2020, Brewer, et al., 1993). A escala ($\alpha = 0,78$)¹³ é composta por sete itens, subdivididos em três subescalas ou dimensões: identidade social (itens 1, 2 e 3), exclusividade (itens 4, 5) e afetividade negativa (itens 6, 7), relacionados à compreensão que o atleta tem de sua identidade em relação ao esporte, elaborada na forma de escala Likert de 7 pontos, sendo 1 (discordo totalmente) a 7 (concordo totalmente). A análise dos resultados da escala é feita pela somatória de todos os itens. A pontuação total de Identidade Atlética (IA) foi calculada por meio da soma das respostas dadas pela participante, sendo 7 pontos a pontuação mínima e 49 a máxima, considerando a pontuação máxima como IA mais forte, com base na validação e adaptação do instrumento (Silva et al., 2016). Assim, quanto maior a pontuação na escala, maior a identificação do participante com o papel de atleta.

Para acessar viés de gênero expresso na forma de atitudes implícitas de estereótipos de gênero, enquanto produto do controle simbólico sobre o comportamento das pessoas dentro de uma cultura, foi aplicado o *Function Acquisition Speed Test*¹⁴ (FAST) (O'Reilly, et al. 2012) via Plataforma Zoom. Segundo Marcelino (2019), o instrumento em questão mede a

¹³ Alfa de Cronbach

¹⁴ Teste de velocidade de Aquisição de Função.

diferença na velocidade de aquisição de função (aprender e responder) das participantes comparando o desempenho (curvas de aprendizagem) em cada bloco de palavras. Para estudar estereótipos de gênero, o teste é configurado considerando dois blocos de palavras. No bloco “consistente” (relações de palavras consistentes com estereótipos de gênero), é reforçada a resposta de clicar na mesma tecla na presença de estímulos considerados consistentes a partir do viés de gênero presente na sociedade - por exemplo, a tecla “Z” para “homem” e traços considerados masculinos, como “dominante”, e “M” para “mulher” e traços considerados femininos, como “sensível”. No bloco “inconsistente” (relações de palavras inconsistentes com estereótipos de gênero), é reforçada uma resposta na presença de estímulos considerados inconsistentes - por exemplo, “Z” para “homem” e “sensível” e “M” para “mulher” e “dominante”-. Caso a participante não responda de acordo com a relação ensinada no bloco em andamento ou não responda dentro de um tempo máximo de resposta pré-estabelecido na configuração do programa (geralmente 1,5 segundos ou 3 segundos), a resposta é considerada incorreta. Dessa forma, o FAST é um procedimento de ensino de discriminações simples, em que a variável dependente é a velocidade de aquisição das respostas funcionalmente distintas. Ou seja, uma maior velocidade de aquisição de função do bloco “consistente” em detrimento da velocidade de aquisição de função do bloco “inconsistente” indicaria um repertório de atitudes implícitas mais condizente com estereótipos de gênero (ou seja, um maior viés de gênero), enquanto uma maior velocidade de aquisição de função do bloco “inconsistente” em detrimento da velocidade de aquisição de função do bloco “consistente” indicaria atitudes implícitas menos condizentes com esses estereótipos estabelecidos na sociedade (ou seja, menor viés de gênero).

Os estímulos utilizados na configuração do FAST para a presente pesquisa foram as mesmas palavras selecionadas por Marcelino (2019) por terem sido mais sensíveis ao fenômeno estudado na adaptação do instrumento para estudar estereótipos de gênero no

Brasil, e são apresentados na Tabela 3. Dado que o estudo de Marcelino (2019) também não encontrou diferença significativa em relação ao tempo máximo de resposta (1,5 ou 3 segundos), o programa foi configurado para utilizar 3 segundos como tempo máximo para minimizar possíveis interferências devido à aplicação online do instrumento.

Tabela 3

Estímulos utilizados no FAST para acessar atitudes implícitas de estereótipos de gênero

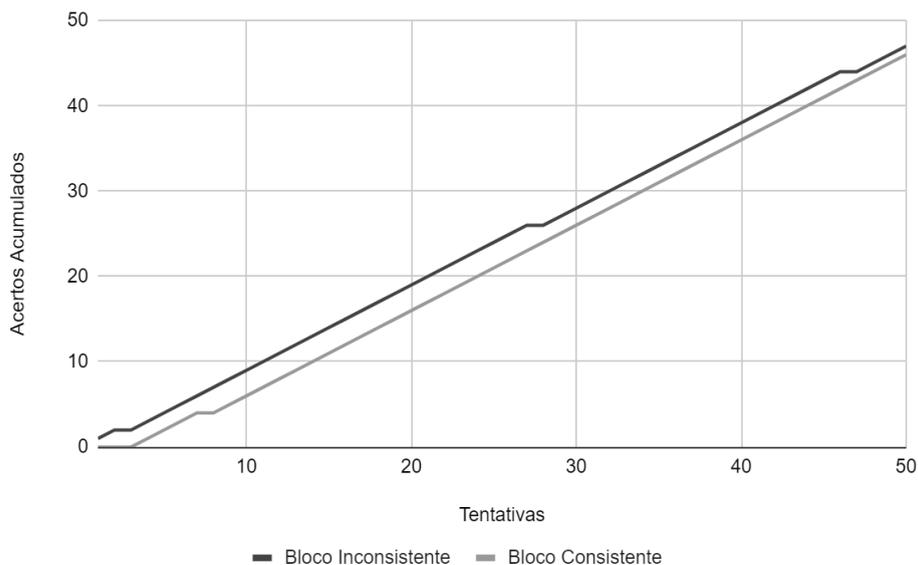
Rótulo 1 (homem)	Rótulo 2 (mulher)	Atributos 1 (tradicionalmente considerados masculinos)	Atributos 2 (tradicionalmente considerados femininos)
Masculino	Feminino	Dominante	Obediente
		Forte	Frágil
Homem	Mulher	Intelectual	Sentimental
		Racional	Sensível

De acordo com a tecla que foi pressionada, a latência da resposta e qual estímulo aparece na tela, são gerados arquivos individuais para cada participante da pesquisa pelo próprio programa. A curva de acertos acumulados, com base nesses dados, permite que seja calculada a velocidade de aquisição de função em cada bloco (“consistente” e “inconsistente”). Foi calculada, então, a inclinação dessa curva de aprendizagem por meio da função Slope utilizada em programas de gerenciamento de planilhas, dando à função os valores de x e y de um gráfico e gerando o valor da inclinação total da curva. Assim, um valor de inclinação maior ilustra mais rapidez na aprendizagem para aquele bloco (visto que demonstra que a participante emitiu mais respostas consideradas corretas no bloco de tentativas). A Figura 1 ilustra por meio de um gráfico-exemplo a forma de apresentação das curvas de acertos acumulados em cada bloco de uma participante. No exemplo, a

aprendizagem da participante foi mais rápida para o bloco inconsistente, o que resultaria em um efeito FAST negativo e, portanto, indicaria menor viés de gênero.

Figura 1

Gráfico ilustrando as curvas de acertos acumulados em cada bloco da participante N1



Procedimento

O Projeto foi analisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFSCar na Plataforma Brasil, foi iniciado o recrutamento das participantes de todos os grupos utilizando amostra por conveniência, tendo sido a divulgação feita em grupos de redes sociais com grande confluência de potenciais participantes que se encaixassem nos critérios estabelecidos no presente trabalho, explicando os objetivos da pesquisa e convidando-as a participar.

Importante informar que todos os procedimentos foram realizados em formato online (remotamente)¹⁵, evitando o contato presencial entre quaisquer envolvidos no presente trabalho. Isso se deve ao fato de estar em curso, durante a fase de coleta de dados, uma

¹⁵ O presente trabalho foi pensado inicialmente para aplicação presencial, tendo sido adaptado para aplicação remota posteriormente ao surgimento das novas circunstâncias de isolamento social segundo as recomendações das autoridades de saúde, como a OMS.

pandemia mundial de Covid-19, uma doença causada pelo Coronavírus (SARS-COV-2) de fácil disseminação e transmissão que pode ocasionar desde sintomas respiratórios leves até doença grave e morte, ainda que algumas pessoas infectadas não apresentem sintomas¹⁶.

A coleta de dados foi feita conforme a seguinte ordem: foi feito contato prévio com as participantes via redes sociais para explicar os objetivos da pesquisa, os aspectos éticos garantindo anonimato, sigilo e participação voluntária dos participantes e o respeito no decorrer do estudo às recomendações sugeridas na Resolução 510/16 do Conselho Nacional de Saúde, referente a pesquisas com seres humanos, e convidá-las a participar da pesquisa, bem como para estabelecer data e horário da aplicação via ambiente virtual (Zoom, plataforma de videochamadas). Foi pedido que a participante estivesse em um ambiente reservado, confortável, com boa conexão de internet e sem ruídos na data e horário combinados para aplicação.

Na data e horário marcados, foi enviado o link para preenchimento do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e, nos casos de aceite e assinatura, foi pedido que a participante prosseguisse com o preenchimento dos instrumentos de caracterização da participante (Questionário Sociodemográfico e AIMS). Tanto o TCLE quanto estes instrumentos foram aplicados usando a plataforma Formulários Google.

Foi enviado às participantes, a partir do preenchimento desses instrumentos, o link para que participante e aplicadora se conectassem ao ambiente experimental virtual (Plataforma Zoom).

Após isso, foram novamente reforçados os aspectos éticos, como a garantia da possibilidade de retirar seu consentimento e encerrar a participação a qualquer momento sem nenhum prejuízo, e dadas as instruções sobre o funcionamento do FAST e a oportunidade de

¹⁶ Informações sobre a pandemia embasadas no conteúdo do portal da OMS (Organização Mundial da Saúde): <https://www.who.int/news-room/commentaries/detail/transmission-of-sars-cov-2-implications-for-infection-prevention-precautions>

esclarecer dúvidas a respeito da explicação. A instrução que as participantes receberam foi a mesma do procedimento validado por Marcelino (2019, p.30) para aplicação no Brasil, a saber: *“É um programa bem simples. Vão aparecer palavras na tela, uma de cada vez, e seu objetivo é descobrir qual tecla você precisa apertar diante de cada uma delas, se é a letra Z ou a letra M. Não tem a ver com as letras em si, é só para ficar uma na mão esquerda e uma na mão direita. Você não vai receber nenhuma dica prévia sobre qual tecla deve apertar, mas conforme você for acertando ou errando, vai descobrindo. O seu objetivo é acertar o máximo possível, mas não se preocupe se você estiver errando. Tente trabalhar de maneira rápida, pois se você demorar muito para responder o programa irá entender como erro. Nesse caso, aparecerá o feedback de “errado” e irá para a próxima palavra. Serão 3 blocos. O primeiro é somente para você se familiarizar com a tarefa, e seus dados não fazem parte da pesquisa em si, então se tiver alguma dúvida pode perguntar”*.

Esclarecidas eventuais dúvidas, se iniciou a realização do bloco de prática para que a participante se familiarizasse com a tarefa experimental. Em seguida, foi perguntado à participante se a tarefa foi compreendida e, após resposta afirmativa, a participante foi orientada a não interromper a tarefa até que fosse indicado o término dos próximos blocos. Foram realizados, então, os blocos “consistente” e “inconsistente”. A ordem de apresentação dos blocos foi controlada pelas configurações do FAST para que metade das participantes de cada grupo iniciasse com a realização do bloco consistente e a outra metade iniciasse pela realização do bloco inconsistente. Após a finalização da aplicação do FAST, as participantes puderam novamente tirar dúvidas e fazer comentários sobre todo o procedimento. As participantes puderam tirar dúvidas com a pesquisadora a qualquer momento da pesquisa, exceto durante a realização dos blocos “consistente” e “inconsistente” do FAST para que os dados da pesquisa não fossem enviesados.

Conforme a aprovação prévia do Comitê de Ética da UFSCar via Plataforma Brasil, foi realizada ainda ao final da videochamada uma entrevista semiestruturada, e só então foi encerrada a coleta. Porém, a pesquisadora optou por realizar análises futuras destes dados. A entrevista continha perguntas que possibilitassem a realização de análise funcional do comportamento verbal das participantes visando identificar possíveis padrões comportamentais nos relatos, interpretar esses padrões comportamentais identificados em termos dos conceitos de tríplice contingência - contextualizando os comportamentos em relação à situação em que ocorrem e suas consequências - e de outros pressupostos da teoria da análise do comportamento.

Por fim, foi iniciada a etapa de análise dos dados obtidos. As informações são sigilosas e somente a pesquisadora teve acesso às informações e aos dados dos instrumentos durante o estudo.

Além dos instrumentos supracitados, foram utilizados como materiais um computador para uso da pesquisadora durante a coleta e um computador para acesso das participantes, providenciados pelas respectivas usuárias.

Análise de Dados

Os dados coletados foram categorizados no Microsoft Excel[®] e analisados utilizando o software Statistical Package for the Social Sciences (SPSS)[®] versão 23. Os resultados do FAST foram analisados por meio da comparação dos resultados relativos ao Efeito FAST - calculado pela diferença entre a inclinação da curva no bloco Consistente e do bloco Inconsistente, segundo a fórmula: (Valor da inclinação Consistente) – (Valor da inclinação Inconsistente) - entre os diferentes grupos.

Os grupos de análise foram formados de acordo com a relação das participantes com práticas esportivas para comparar os dados obtidos, aglutinando tais características em três

grupos: praticantes de rúgbi (Grupo 1, experimental), praticantes de modalidades consideradas femininas (Grupo 2, controle) e não-praticantes de esportes (Grupo 3, controle). Foram realizados o teste de Shapiro-Wilk, para verificar se uma amostra de dados vem de uma distribuição normal, e o teste de homogeneidade de Levene para então escolher o melhor teste estatístico (paramétrico ou não paramétrico) para a comparação entre as médias populacionais. Nos de adequação paramétrico, seria utilizado ANOVA e T de Student. Caso contrário, seria realizado o teste não paramétrico de Kruskal-Wallis, considerando significância de 5% ($p \leq 0,05$).

Resultados

AIMS

Considerando os resultados obtidos no AIMS, o teste de Shapiro-Wilk mostrou que o AIMS violava o critério de normalidade (0,914; $gl=30$; $p= 0,019$). Adicionalmente foi observada alta homogeneidade de variâncias de no teste de Levene, (0,714; $p= 0,499$). Sendo assim, para a comparação entre os grupos foram implementadas análises não paramétricas. Os grupos de análise foram formados de acordo com a relação das participantes com práticas esportivas, aglutinando tais características em três grupos: praticantes de rúgbi (Grupo 1), praticantes de modalidades consideradas femininas (Grupo 2) e não-praticantes de esportes (Grupo 3). A Tabela 4 indica a média, o desvio padrão e a mediana do AIMS para os grupos.

Tabela 4

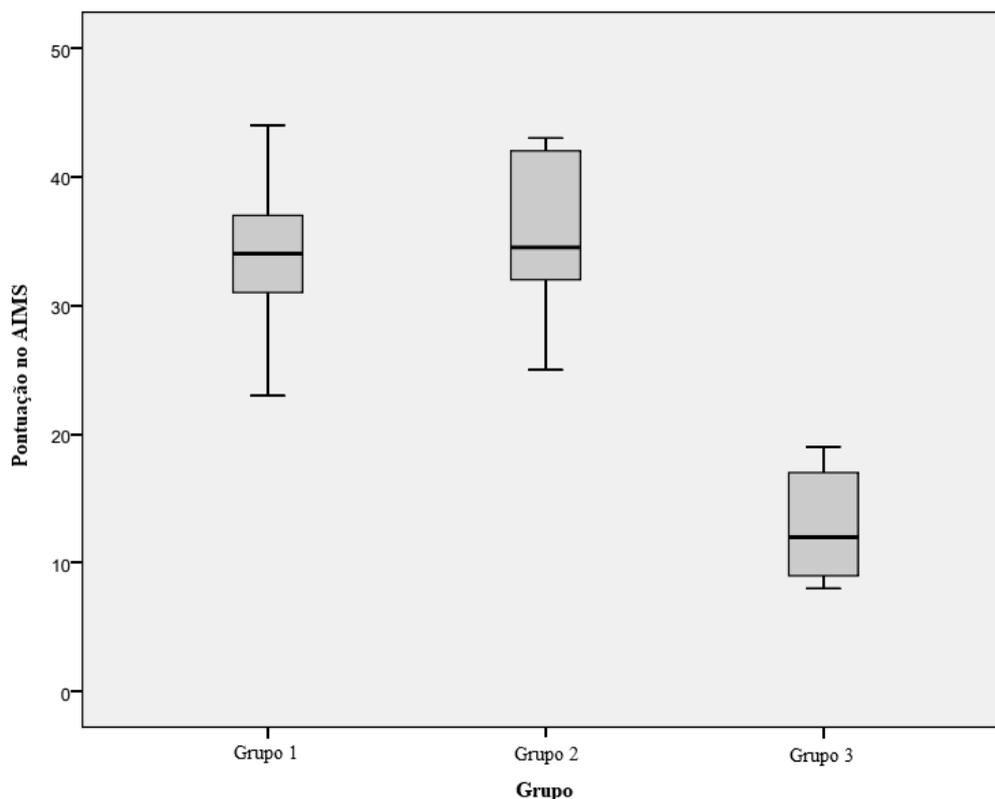
Média, desvio padrão e mediana do AIMS para cada grupo

Grupo	Média (dp)	Mediana
Praticantes de Rúgbi (Grupo 1)	34,3 (5,98)	34,0
Praticantes de Modalidades Femininas (Grupo 2)	35,5 (6,45)	34,5
Não-praticantes de Esportes (Grupo 3)	12,90 (4,14)	12,0

A Figura 2 apresenta os valores de média, desvio padrão e limites (maior e menor) para os participantes dos diferentes grupos na forma de gráfico.

Figura 2

Média, desvio padrão e escore máximo e mínimo no AIMS para cada grupo



Os resultados mostram que houve diferença estatisticamente significativa entre grupos ($p=0,001$). O grupo de não-praticantes mostrou-se significativamente diferente do grupo de praticantes de rúgbi (14,45; erro padrão= 3,933; $p=0,001$) e também significativamente diferente do grupo de praticantes de outras modalidades (15,55; $p=0,000$). Os grupos de praticantes de rúgbi e praticantes de outras modalidades não apresentaram diferença estatisticamente significativa entre eles (-1,10; erro padrão= 3,933; $p=1,00$). Portanto, os grupos que praticam esportes demonstram apresentar um maior grau de IA comparados ao grupo de não praticantes. A Tabela 5 mostra os resultados do teste de Kruskal-Wallis para comparação das médias populacionais dos grupos em relação ao AIMS.

Tabela 5

Resultado do Teste de Kruskal-Wallis para comparação de médias dos três grupos em relação ao AIMS

Teste	Grupos Comparados	Estatística	Erro Padrão	Significância (<i>p</i>)
Kruskal-Wallis	Grupos 1 e 2	-1,10	3,933	1,000
	Grupos 1 e 3	14,45	3,933	0,001
	Grupos 2 e 3	15,55	3,933	0,000

FAST

Na comparação de médias dos três grupos em relação ao efeito FAST, o grupo de não-praticantes apresentou, em média, efeito FAST positivo (0,005), ou seja, maior viés de gênero do que os outros dois grupos de praticantes de esportes. Os dois outros grupos apresentaram efeito FAST negativo, ou seja, aprendizagem mais rápida para o bloco inconsistente, o que demonstra atitudes implícitas de estereótipos de gênero mais inconsistentes com o viés presente na sociedade. O grupo de praticantes de modalidades consideradas femininas apresentou menor efeito FAST (-0,041) comparado ao grupo de praticantes de rúgbi (-0,006). A Tabela 6 mostra o resultado descritivo relativo ao Efeito FAST e a Figura 3 ilustra esses dados na forma de gráfico.

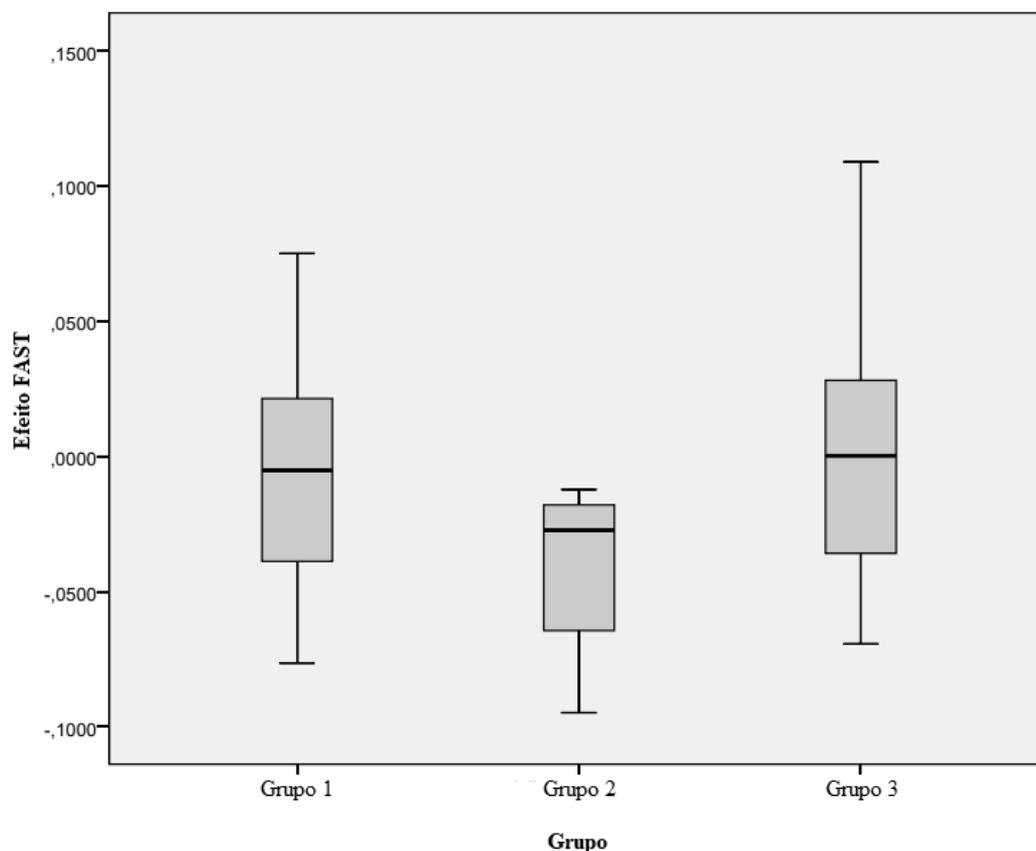
Tabela 6

Média, desvio padrão e mediana do Efeito FAST para cada grupo

Grupo	Média (dp)	Mediana
Praticantes de Rúgbi (Grupo 1)	-0,006 (0,047)	-0,005
Praticantes de Modalidades Femininas (Grupo 2)	-0,041 (0,030)	-0,027
Não-praticantes de Esportes (Grupo 3)	0,005 (0,054)	0,000

Figura 3

Média, desvio padrão e escore máximo e mínimo nos resultados do FAST para cada grupo



As diferenças observadas entre os três grupos de comparação não foram estatisticamente significativas ($t= 5,49$, $p=0,064$).

Discussão

O objetivo principal deste trabalho foi avaliar de forma comparativa (ou seja, entre grupos) as atitudes implícitas de estereótipos de gênero para compreender se a prática de rúgbi por mulheres contribui para diminuição do viés de gênero. Em relação à aplicação do FAST, os dados brutos das médias do efeito FAST apontaram para uma diferença entre os três grupos, uma vez que apenas os dois grupos de esportistas apresentaram valor de efeito FAST negativo, isto é, aprendizagem mais rápida no bloco Inconsistente com os estereótipos

presentes na sociedade comparado ao bloco Consistente. O grupo de não esportistas, por sua vez, apresentou efeito FAST positivo. No entanto, as análises demonstraram que essas diferenças não foram estatisticamente significativas. Portanto, a hipótese inicial não foi confirmada, não havendo como afirmar na presente amostra que a prática de rúgbi por mulheres tenha influência na diminuição do viés de gênero em relação a atitudes implícitas de estereótipos de gênero presentes na sociedade.

Os resultados permitem que sejam discutidas várias questões relativas aos objetivos deste trabalho. Nas palavras de Marcelino (2019),

Ao comparar a velocidade com que uma pessoa adquire uma função em um contexto em que ela deve responder de acordo com estereótipos de gênero com a velocidade em um contexto em que ela tem que contradizer esses estereótipos, o FAST traz à tona toda a aprendizagem que essa pessoa teve com aqueles estímulos, evidenciando como a sociedade, ao longo de sua vida, ensinou a relação entre uma característica e determinado gênero. (p. 48)

Para Rubio e Melo (2019, p. 20), “o atleta deve ser compreendido como um ser social incluído dentro de um sistema complexo influenciado por inúmeros fatores”. Isso significa considerar que ainda que a prática esportiva exerça inúmeras influências nos comportamentos de atletas, essa prática não deve ser entendida como único ambiente definidor das formas de agir e ser daquela pessoa no mundo, e do viés de gênero daquela pessoa. Trazer essa afirmação para termos analítico-comportamentais significa afirmar que além das instituições e contextos esportivos, outras agências (como o sistema econômico, a família, instituições religiosas, as mídias, instituições políticas ou a sociedade em geral) exercem controle sobre o comportamento e sobre as relações entre estímulos estabelecidas pelos sujeitos (por exemplo, estereótipos de gênero), com base em Skinner (1974).

Durante a análise dos dados obtidos no Questionário Sociodemográfico, percebemos algumas características das participantes que podem ter influenciado de alguma forma os dados, como o fato de a maioria delas ser composta por estudantes universitárias e residirem no estado de São Paulo, não refletindo uma amostra representativa da população como seria o ideal. Nesse tipo de contexto, existe maior acesso a discussões sobre algumas pautas como o feminismo atual, o que dificulta uma conclusão clara de que os resultados do FAST tenham relação com a prática esportiva apenas. Ou seja, considerando que se tratou de um estudo para investigar relações socialmente aprendidas, não arbitrárias, avaliando se determinados estímulos relacionados a estereótipos de gênero já eram uma classe funcional antes da aplicação do instrumento, faz sentido destacar que as participantes demonstraram por meio do questionário estarem envolvidas em contextos sociais e em comunidade verbal em comum entre os três grupos (contexto majoritariamente universitário, da região sudeste do país, com médias de idade muito próximas, etc), que provavelmente influenciam de alguma forma o viés de gênero para além da prática esportiva.

No entanto, vale refletir que a própria prática de rúgbi em si pode ser considerada em partes como repertório de contracontrole, enquanto práticas que visam atacar ou alterar as contingências de controle exercido por agências de controle (Skinner, 1974). Se as agências de controle citadas anteriormente reforçam diferencialmente os comportamentos que permitem que alguém se identifique como praticante de rúgbi (a própria ação de treinar, jogar, demonstrar força e agilidade e tudo o que isso envolve) a depender do sexo de quem os emite (ou seja, homens tem maior acesso aos reforçadores sociais e financeiros envolvidos nessa contingência já que são comportamentos tipicamente considerados masculinos), questionar esse reforçamento diferencial e se comportar sob controle dos reforçadores que antes seriam distribuídos apenas aos homens, acaba por modificar o controle aversivo exercido e as relações de poder vigentes. Em suma, na comunidade do rúgbi as mulheres que

praticam podem passar a obter acesso a reforçadores sociais e intrínsecos (como o sentimento de pertencimento em equipe, os sentimentos de autoestima, autoeficácia, prazer ou satisfação ao praticar o esporte) que antes lhes eram inacessíveis. Isso pode fazer da prática de rúgbi, ainda, fonte de reforçadores positivos relacionados ao empoderamento, mesmo que não tenham sido encontradas diferenças significativas em relação a atitudes implícitas de estereótipos de gênero.

Situações durante a aplicação do FAST foram úteis para ilustrar diferenças entre atitudes implícitas e explícitas. Apesar de a aplicadora não interagir com a participante durante a realização dos blocos, era possível ouvir pela chamada de vídeo alguns comentários quando determinados estímulos ou consequências apareciam na tela. Como exemplo, uma das participantes do grupo 1 (praticantes de rúgbi), durante a realização do bloco Consistente (em que eram reforçadas as relações consistentes com estereótipos de gênero da sociedade) após pressionar a tecla correta correlacionando a palavra “mulher” à palavra “frágil”, comentou “não que eu concorde com isso, né”, o que nos permite inferir que ela realmente havia aprendido a responder conforme o bloco (apertar a tecla considerada correta), ainda que conscientemente e de forma controlada pela audiência discorde dos vieses de gênero no que diz respeito a atitudes explícitas (expressas através do próprio comentário em si). Ou seja, apenas o relato verbal de atitudes de uma participante referentes a um tema não é necessariamente correspondente ao comportamento atitudinal implícito em contexto semelhante. Nesse sentido, estudos que comparem medidas de atitudes implícitas (como o próprio FAST) com atitudes explícitas (como medidas de autorrelato e questionários que abarquem temas de estereótipos de gênero) na mesma população do estudo atual são encorajados, uma vez que devido às características peculiares da modalidade rúgbi, sua prática possa influenciar outros aspectos do comportamento relacionados a empoderamento

feminino que não as atitudes implícitas (como atitudes explícitas, autoestima, autoimagem corporal, consciência das agências de controle, entre outros).

Outra investigação interessante, como proposto por Cartwright et al. (2016), seria voltada a compreender se o desempenho no FAST é preditivo de comportamento em tarefas socialmente significativas, o que no contexto esportivo pode ser observado nas relações entre companheiras de equipe, nas seletivas para novas jogadoras em uma equipe, entre outros comportamentos relevantes para o desenvolvimento de uma sociedade mais igualitária.

Em relação à aplicação do AIMS, os dados obtidos apresentaram uma diferença significativa entre os grupos no que diz respeito ao grau de Identidade Atlética (IA) das participantes, cumprindo satisfatoriamente a função de garantir as características desejadas para cada grupo, uma vez que os grupos que praticam esportes realmente apresentaram maior grau de IA comparados ao grupo de não praticantes, confirmando a validade dos dados preenchidos no questionário para dividir adequadamente as participantes em seus respectivos grupos de acordo com a sua relação com práticas esportivas. Em outras palavras, praticantes de esportes (sejam de rúgbi ou de modalidades consideradas femininas pela sociedade) apresentaram grau de identificação de si como atleta significativamente maior do que não praticantes de esportes, corroborando com a literatura acerca do tema (Brewer et al., 1993, Silva et al., 2016).

Visando uma aplicação do FAST o mais próxima possível da traduzida e adaptada por Marcelino (2019) para estudar estereótipos de gênero garantindo o controle experimental e a validade da investigação, os estímulos utilizados no presente estudo foram exatamente os mesmos utilizados pela autora, como já citado, não tendo sido escolhidas palavras relacionadas especificamente com o contexto esportivo (ligadas a força, a desempenho esportivo ou a autoimagem corporal, por exemplo). Alterar os estímulos utilizados para investigar se há influências da prática de rúgbi em atitudes implícitas de estereótipos de

gênero que sejam relativos a estímulos pertencentes a classes funcionais especificamente referentes à prática esportiva (como os substantivos velocidade, atleta, competitividade, liderança, etc) pode ser outra estratégia interessante para investigar de forma mais específica o contexto de interesse (contexto de práticas esportivas).

Válido ressaltar que o estudo apresentou certas limitações. Dado à especificidade da modalidade de interesse e a dificuldade de acesso e contato com praticantes de rúgbi, influenciada pela necessidade de distanciamento que impossibilitou que o recrutamento e coleta fossem feitos também de forma presencial, bem como da necessidade de equilíbrio do número de participantes entre os três grupos, o número limitado de participantes por grupo foi interpretado como dificultador para que se façam grandes inferências acerca do resultado, ainda que permitam análises estatísticas não paramétricas. Apesar disso ter sido interpretado como limite da pesquisa, em um estudo de Cartwright et al. (2016) foi utilizado um número semelhante de participantes (trinta) para estudar estereótipos de gênero por meio do FAST, ainda que nesse caso tenham sido divididos em apenas dois grupos (homens e mulheres).

Por fim, houve ainda limitações em relação à coleta dos dados ter sido realizada de forma totalmente online em função da pandemia de covid-19, razão esta que foge ao controle da equipe de pesquisa. Em contrapartida, o fato de a aplicação online do AIMS ter corroborado com os dados existentes na literatura (principalmente dos estudos de validação e adaptação da Escala) nos permite concluir que não há diferenças significativas na aplicação presencial ou remota do AIMS, configurando uma contribuição para os conhecimentos da área. Estudos comparando aplicações remotas do FAST com aplicações presenciais são sugeridos.

Considerações finais

Além de ampliar os conhecimentos obtidos em outros estudos anteriores sobre atitudes implícitas utilizando o FAST como medida das relações entre estímulos verbais (Cartwright et al., 2016, Marcelino, 2019, O'Reilly et al., 2012), o presente trabalho inaugura estudos no Brasil investigando atitudes implícitas de estereótipos de gênero com populações envolvendo práticas esportivas e feminismo. Nesse sentido, contribui tanto com o cenário das investigações a respeito do instrumento FAST em si quanto para salientar no mundo acadêmico a importância de estudos sobre uma modalidade esportiva pouco difundida entre mulheres.

Estudos comparativos entre grupos de diferentes modalidades se fazem necessários tanto para melhor compreensão de características de diferentes modalidades quanto para contribuir com a diversificação de práticas prevalentes na sociedade e na educação física escolar (como o futebol) e, assim, contribuir para uma iniciação esportiva mais diversificada e um maior acesso a ampla gama de benefícios que diferentes modalidades podem proporcionar para praticantes.

Referências

- Altmann, H. (2017). Atividades físicas e esportivas e mulheres no Brasil. *Relatório de Desenvolvimento Humano Nacional do Brasil*. Movimento é Vida: Atividades físicas e esportivas para todas as pessoas. Brasília
- Barnes-Holmes, D., Barnes-Holmes, Y., Power, P., Hayden, E., Milne, R., & Stewart, I. (2006). Do you really know what you believe? Developing the Implicit Relational Assessment Procedure (IRAP) as a direct measure of implicit beliefs. *The Irish Psychologist*, 32(7), 169-177.
- Beauvoir, S. D. (1970). *O Segundo Sexo: A Experiência Vivida*. Difusão Europeia do Livro.
- Brewer, B., Van Raalte, J. L., & Linder, D.E. (1993). Athletic identity: Hercules' muscles or Achilles heel?. *International Journal of Sport Psychology*. 24 (2), 237-254.
- Cartwright, A., Roche, B., Gogarty, M., O'Reilly, A., & Stewart, I. (2016). Using a modified Function Acquisition Speed Test (FAST) for assessing implicit gender stereotypes. *The Psychological Record*, 66, 223-233.
- Catania, C. A. (2017). *Prejudice as verbally governed discrimination*. The ABCs of Behavior Analysis: Introduction to Behavior and Learning, 254-263. Sloan Publishing.
- Collins, T. (2013) *Sport in Capitalist Society: A short history*. Routledge.
- Couto, A. G., & Dittrich, A. (2017). Feminismo e análise do comportamento: Caminhos Para o diálogo. *Perspectivas Em Análise Do Comportamento*, vol. 8, no. 2, 147-158.
- Couto, A. G. (2019). O empoderamento das mulheres sob uma perspectiva analítico-comportamental. *Debates sobre Feminismo e Análise do Comportamento*.
- Cozby, P. B. (2014). *Methods In Behavioral Research*. 12 ed. Mcgraw-hill Education.
- Decreto-lei nº 3.199, de 14 de abril de 1941 (1941, 14 de abril). Estabelece as bases de organização dos desportos em todo o país. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro.

- Fazio, R. H., & Olson, M. A. (2003). Implicit measures in social cognition research: Their meaning and use. *Annual Review of Psychology*, 54 (1), 297-327.
- Garcia, C. C. (2011). *Breve história do feminismo*. Claridade.
- Guerin, B. (1994). Attitudes and beliefs as verbal behavior. *The Behavior Analyst*, 17(1), 155-163.
- Gonzalez, F. J. (2004). Sistema de classificação de esportes com base nos critérios: Cooperação, interação com o adversário, ambiente, desempenho comparado e objetivos táticos da ação. <http://www.efdeportes.com/> *Revista Digital*, Buenos Aires, ano 10, nº 71.
- Heywood, A. (2010). Feminismo. Em *Ideologias políticas: Do feminismo ao multiculturalismo* (J. Marcoantonio & M. Janikan, Trads.), 21-43. Ática.
- Lerner, G. (1986). *The Creation of Patriarchy*. Oxford University Press.
- Marcelino, M. R. (2019). *Adaptação em língua portuguesa do Functional Acquisition Speed Test (FAST) para estudar estereótipo de gênero no Brasil* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de São Carlos, Programa de Pós-graduação em Psicologia, São Carlos.
- Marcelino, M. R., & Arantes, A. (2019). Implicações dos experimentos sobre atitudes implícitas para uma análise experimental feminista do comportamento. Em *Debates sobre Feminismo e Análise do Comportamento*, 114-139.
- Moxon, P., Keenan, M., & Hine, L. (1993). Gender-role stereotyping and stimulus equivalence. *The Psychological Record*, 43, 381-394. Recuperado de: <https://psycnet.apa.org/record/1994-05355-001>
- Nicolodi, L., & Arantes, A. (2019). Poder e patriarcado: Contribuições para uma análise comportamental da desigualdade de gênero. *Debates sobre Feminismo e Análise do Comportamento*. 67-86.

Organização das Nações Unidas (2015). A Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável.

Plataforma Agenda 2030, Disponível em: www.agenda2030.org.br/sobre/

O'Reilly, A., Roche, B., Ruiz, M., Tyndall, I., & Gavin, A. (2012). The function acquisition speed test (FAST): A behavior analytic implicit test for assessing stimulus relations. *The Psychological Record*, 62(3), 507–528.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, & Fundação João Pinheiro (2013). Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Brasileiro. *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013*. Recuperado de: http://ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/130729_AtlasPNUD_2013.pdf

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2017). *Relatório de Desenvolvimento Humano Nacional do Brasil*. Movimento é Vida: Atividades Físicas e Esportivas para Todas as Pessoas. Brasília.

Pereira, A. B. (2019). A mulher e o esporte: Do desafio da desigualdade ao desacerto com as questões de gênero. *Psicologia Social do Esporte*. 37-66.

Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016. (2016, 24 de maio). Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em ciências humanas e sociais do Conselho Nacional de Saúde. Diário Oficial da União. Brasília, nº 98. Recuperado a partir de: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>

Rubio, K., & Melo, G. (2019). Além da Personalidade: Para um entendimento do papel social e da identidade do atleta. Em *Psicologia Social do Esporte*. 19-35. Editora Laços.

Sidman, M. (1971). Reading and auditory-visual equivalences. *Journal of Speech and Hearing Research*, 14, 5-13.

Silva, E. C., & Laurenti, C. (2016). B. F. Skinner e Simone de Beauvoir: “A mulher” à luz do modelo de seleção pelas consequências. *Revista Perspectivas em Análise do Comportamento*, 7(2), 197-211.

Silva, W. R., Carvalho, H. P., Medeiros, T. E., Vieira, E. P., Melo, G. F., Cruz, R. M., Pesca, A. D., & Cardoso, F. L. (2020). Athletic Identity Measurement Scale: Análise de validade por meio da Teoria de Resposta ao Item. *Revista Brasileira de Psicologia do Esporte*, Brasília, 10 (1), 98-111.

Skinner, B. F. (1957). *Verbal behavior*. Copley.

Skinner, B.F. (1974). *Sobre o behaviorismo*. Editora Cultrix.

Skinner, B. F. (1981). Selection by consequences. *Science*, 213 (4507), 501-504.

Skinner, B. F. (1989). *Recent issues in the analysis of behavior*. Merrill Publishing Company.

World Rugby (2019). *Laws of the game Rugby Union: Incorporating the playing charter*.

Apêndice A

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidada a participar da pesquisa denominada “INFLUÊNCIAS DA PRÁTICA DE RÚGBI NO EMPODERAMENTO FEMININO” que tem como objetivo investigar possíveis influências que a prática de rúgbi exerce sob alguns aspectos do empoderamento feminino em mulheres praticantes desta modalidade. O trabalho trata-se de projeto de mestrado em Psicologia pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Esta pesquisa será realizada em uma única sessão, com duração aproximada de 30 minutos, que consistirá na aplicação de três instrumentos, a saber:

- a) Questionário Sociodemográfico
- b) Escala de Medida de Identificação Atlética (AIMS)
- c) Function Acquisition Speed Test (Teste de Velocidade de Aquisição de Função)

A aplicação dos instrumentos será feita em ambiente virtual por meio de videochamada, e será realizada individualmente. Após essa etapa, você será convidada a participar de uma entrevista acerca de aspectos da sua relação (ou da ausência de relação) com esportes e atividades físicas. Todo o procedimento será gravado e posteriormente transcrito, para melhor organizar a análise das informações, porém não haverá de forma alguma identificação da entrevistada. Embora sua participação na pesquisa seja de muita importância, gostaríamos de esclarecer que:

1. A sua aceitação/autorização deverá ser voluntária, ou seja, de livre e espontânea vontade;
2. Você poderá desistir e interromper sua participação a qualquer momento, inclusive após o término da sessão, sem qualquer prejuízo, de acordo com a Resolução 510, Art. 17, III. "a garantia de plena liberdade do participante da pesquisa para decidir sobre sua

participação, podendo retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem prejuízo algum";

3. Você poderá solicitar informações adicionais e esclarecer dúvidas sobre sua participação;

4. Não há custos financeiros ou materiais previstos por participar dessa pesquisa. Havendo despesas não previstas e comprovadas, será feito o ressarcimento a ser pactuado com a pesquisadora (Resolução 510, Art. 17, VII);

5. Informamos que participar desta pesquisa apresenta como possíveis riscos, apesar de pouco prováveis: (a) stress ou irritabilidade devido a problemas em realizar as atividades ou alcançar o desempenho esperado; (b) frustração ou ansiedade gerada pela falta de compreensão inicial dos objetivos de cada tarefa; (c) cansaço ou tédio durante a aplicação dos instrumentos. Para evitar e/ou reduzir os riscos apresentados, a pesquisadora estará à disposição durante todo o processo do experimento. Ainda, sempre que a participante solicitar ou caso seja identificado algum indício de cansaço, stress, irritabilidade, frustração, ansiedade ou dor, a sessão será interrompida.

6. Informamos que participar desta pesquisa apresenta como benefício: (a) oportunidade de colaborar com a Ciência e com a Psicologia do Esporte no Brasil.

7. Os dados obtidos são confidenciais e serão mantidos em sigilo pelas responsáveis por este projeto, podendo ser disponibilizados a você caso seja do seu interesse; para tanto, estas informações deverão ser solicitadas no endereço eletrônico disponibilizado abaixo. As divulgações científicas previstas deverão apresentar dados de forma a impossibilitar o reconhecimento dos participantes; as pesquisadoras utilizarão os dados apenas para fins acadêmicos e desde que mantido anonimato. Em relação aos riscos característicos do ambiente virtual, informamos que os recursos utilizados para coleta não presencial são considerados seguros pelos seus fabricantes. No entanto, caso haja qualquer quebra de

segurança que comprometa o sigilo, confidencialidade e segurança do material, o procedimento será interrompido e buscaremos assistência de especialista em segurança digital para reparação de qualquer consequência não prevista às participantes.

8. Ao consentir com o presente termo, você declara ter entendido e estar de acordo com o que foi explicado, bem como autoriza a gravação do procedimento.

A pesquisadora Lara de Azevedo Tardeli, responsável pela pesquisa sob orientação da professora Maria de Jesus Dutra dos Reis, se coloca à disposição para a qualquer momento esclarecer suas dúvidas, receber reclamações e informar sobre o andamento da pesquisa, bem como prestar assistência psicológica imediata caso você se sinta prejudicada emocionalmente ou necessite de suporte em decorrência da sua participação na pesquisa em algum momento.

Uma cópia desse termo será enviada no e-mail informado por você, e é fortemente recomendado que você salve uma cópia no seu computador; uma cópia do mesmo será arquivada pelos pesquisadores. Em caso de dúvidas, denúncias ou informações adicionais você pode a qualquer momento entrar em contato com a pesquisadora ou com a orientadora do trabalho pelos endereços eletrônicos e números de Whatsapp disponibilizados abaixo.

Pesquisadora responsável: Lara de Azevedo Tardeli

Mestranda em Psicologia - PPGPsi UFSCar

(16) 98245-0392

lara.tardeli@gmail.com

Orientadora: Profa. Dra. Maria de Jesus Dutra dos Reis

Departamento de Psicologia

(16) 99991-0777

jesus-reis@uol.com.br

Laboratório de Análise do Comportamento e Saúde (LACS). Endereço: Rodovia Washington Luís, km 235, Caixa Postal 676 - CEP: 13.565-905 - São Carlos-SP.

Este projeto de pesquisa foi aprovado por um Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), que é um órgão responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos, visando garantir a dignidade, os direitos, a segurança e o bem-estar dos participantes de pesquisas. Caso você tenha dúvidas e/ou perguntas sobre seus direitos como participante deste estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP) da UFSCar que está vinculado à Pró-Reitoria de Pesquisa da universidade, localizado no prédio da reitoria (área sul do campus São Carlos). Endereço: Rodovia Washington Luís km 235 - CEP: 13.565-905 - São Carlos-SP. Telefone: (16) 3351-9685. E-mail: cephumanos@ufscar.br. Horário de atendimento: das 08:30 às 11:30. O CEP está vinculado à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) do Conselho Nacional de Saúde (CNS), e o seu funcionamento e atuação são regidos pelas normativas do CNS/Conep. A CONEP tem a função de implementar as normas e diretrizes regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos, aprovadas pelo CNS, também atuando conjuntamente com uma rede de Comitês de Ética em Pesquisa (CEP) organizados nas instituições onde as pesquisas se realizam. Endereço: SRTV 701, Via W 5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 3º andar - Asa Norte - CEP: 70719-040 - Brasília-DF. Telefone: (61) 3315-5877 E-mail: conep@saude.gov.br.

() Declaro que entendi as informações apresentadas, bem como os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa, e concordo em participar.

Nome da participante: _____

E-mail da participante: _____

Celular: _____

Local e Data: _____, ____ / ____ / _____.

Apêndice B

Questionário Sociodemográfico

O presente questionário tem como objetivo coletar informações gerais sobre você e seu contexto que sejam relevantes para a nossa pesquisa.

1) Data de Nascimento:

2) Escolaridade:

Ensino Fundamental Incompleto

Ensino Fundamental Completo

Ensino Médio incompleto

Ensino Médio completo

Ensino Superior incompleto

Ensino Superior completo

Pós graduação

3) Ocupação:

4) Renda familiar mensal:

Até 1 salário mínimo

De 1 a 3 salários mínimos

De 3 a 6 salários mínimos

De 6 a 9 salários mínimos

De 9 a 12 salários mínimos

De 12 a 15 salários mínimos

Mais de 15 salários mínimos

5) Sexo:

Feminino

Masculino

Outro

Não sei / Prefiro não responder

6) Se identifica com alguma religião? Se sim, qual?

7) Estado onde reside:

8) Cor/raça:

Amarela

Branca

Indígena

Parda

Preta

Não sei / Prefiro não responder

9) Estado Civil:

Casada

Divorciada

Solteira

União Estável

Outro

10) Tem filhos?

Sim

Não

Prefiro não responder

11) Pratica alguma modalidade esportiva atualmente?

Sim

Não

12) Principal modalidade esportiva praticada (caso não pratique nenhuma, responder "não

se aplica"):

13) Há quanto tempo você pratica essa modalidade?

Menos de um ano

1 a 3 anos

3 a 5 anos

entre 5 e 10 anos

Mais de 10 anos

Não pratico nenhuma modalidade esportiva

14) Pratica mais de uma modalidade esportiva?

Sim

Não

Apêndice C

Athletic Identity Measurement Scale - AIMS

Por favor, marque com um “X” o número que melhor reflete o quanto você concorda ou discorda com cada afirmação em relação a sua participação esportiva e participação na dança atualmente ou no passado.

USE ESTA ESCALA PARA OS PRÓXIMOS ITENS

1 = Discordo Fortemente; 2 = Discordo Muito; 3 = Discordo Pouco; 4 = Não concordo nem concordo; 5 = Concordo Pouco; 6 = Concordo Muito; 7 = Concordo Fortemente

Me considero um atleta	1	2	3	4	5	6	7
Tenho muitos objetivos relacionados ao esporte	1	2	3	4	5	6	7
A maioria dos meus amigos são atletas	1	2	3	4	5	6	7
Esporte é a parte mais importante da minha vida	1	2	3	4	5	6	7
Eu passo mais tempo pensando em esporte do que outra coisa	1	2	3	4	5	6	7
Me sinto mal comigo mesmo quando meu desempenho no esporte é ruim	1	2	3	4	5	6	7
Eu ficaria muito deprimido se me machucasse e não pudesse competir	1	2	3	4	5	6	7